

# O processo de acumulação primitiva do capital britânico na Índia: uma análise marxista

*The process of primitive accumulation of british capital in India: a marxist analysis*

Felipe Piva\*

Maria Paula de Oliveira Nascimento\*\*

## Resumo

A relação de exploração foi um poderoso mecanismo usado pelas Grandes Potências do Sistema Internacional sobre as regiões colonizadas. O maior exemplo desse fenômeno é a colonização da Índia pela Grã-Bretanha, uma relação que se desenvolveu sob os auspícios da acumulação de capital, ou melhor, de uma acumulação primitiva de capital. Este conceito foi cunhado por Karl Marx para designar a origem acumulação de capital. Assim, pode-se dizer que a colonização da Índia serviu para a Grã-Bretanha como forma de criar capital, enquanto que, para isso, a estrutura socioeconômica do país foi completamente modificada: de um sistema de produção autossuficiente para um que servisse aos propósitos da acumulação de capital.

**Palavras-Chave:** Acumulação. Capital. Colonização. Marxismo.

## Abstract

The relation of exploitation was a powerful mechanism used by Great Powers of the International System over the colonized regions. The greatest example of this phenomenon is the colonization of India by Great Britain, a relationship that was developed under the auspices of the capital accumulation, or better, of a primitive accumulation of capital. Karl Marx coined this concept in order to designate the origin of the capital accumulation. Thus, it can be said that the colonization of India served to Great Britain as a way of creating capital, whereas to that end the socio-economic structure of the country has been completely modified: from a self-sufficient production system to one that would serve the purposes of the capital accumulation.

**Keywords:** Accumulation. Capital. Colonization. Marxism.

\* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) - Campus Poços de Caldas. Contato: felipe-piva@hotmail.com

\*\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) - Campus Poços de Caldas. Contato: mprinternacionais@gmail.com

## Introdução

O presente *paper* tem como objetivo a análise do processo de acumulação primitiva do capital pela Inglaterra na Índia, a partir da utilização método analítico da Economia Política Internacional e da abordagem marxista em Relações Internacionais para analisar o fenômeno apresentado. Este trabalho, portanto, dividir-se-á em três partes: na primeira, o Marxismo será a apresentado e discutir-se-á a possibilidade de sua aplicação na análise de fenômenos internacionais. Na segunda, será apresentado o contexto histórico de atuação da Grã-Bretanha na Índia e o cenário que impulsionou o processo de acumulação primitiva. Finalmente, será demonstrado como o objeto em questão pode ser analisado a partir de uma perspectiva marxista em RI e qual o resultado dessa análise.

## Marxismo e o Internacional: por que não?

O Marxismo, enquanto uma abordagem das Relações Internacionais, desenvolveu-se entre os anos 1980 e 1990 no Quarto Debate do campo - entre Positivismo e Pós-Positivismo - e suas premissas (de não-neutralidade do conhecimento e deste enquanto ferramenta emancipatória dos oprimidos) desafiavam o empiricismo de teorias como o Realismo e o Liberalismo, por exemplo. Em uma perspectiva de compreensão dos fenômenos, frente à racionalidade explicativa das teorias baseadas no positivismo, as abordagens marxistas em RI enfrentaram grande dificuldade de desenvolvimento nesse período, principalmente devido aos efeitos ideológicos da Guerra Fria (DUNNE, 2013).

Nessa acepção, o Marxismo não é propriamente uma teoria de Relações Internacionais, mas ele não se preocupa, somente, com a economia e com as relações domésticas. Para além disso, ele busca um entendimento crítico do capitalismo como uma forma historicamente particular de organização da vida social, o que implica em relações e práticas políticas, culturais, bem como econômicas, que não estão restritas às fronteiras estatais e que são cruciais, também, para os processos de autoprodução social em escala global (RUPERT, 2013). Como, então, aplicar o Marxismo à análise do internacional? Para tanto, o materialismo histórico é um bom artifício.

Diferentemente do Realismo ou do Liberalismo, por exemplo, o marxismo não considera que os atores sociais são preconstruídos,

mas sim que eles são historicamente construídos por um processo social dialético. Isso significa compreender a vida social como produzida por agentes sociais humanos e a história como um processo aberto que engendra tensões para que os atores produzam mudanças sociais. Dessa forma, o entendimento dialético da história forma-se pela visão da vida social como ‘relações em processo’, nas quais os indivíduos são “seres históricos e, simultaneamente, os produtores e o produto do processo histórico” (RUPERT, 2013). Embora a sociedade seja “o produto da ação recíproca dos homens”, isso não ocorre conforme os seus desejos particulares

os homens fazem história, mas não a fazem como querem e nem nas circunstâncias por eles escolhidas, mas sim sob aquelas encontradas, dadas e transmitidas do passado<sup>1</sup> (RUPERT, 2013, p.155, tradução nossa).

Com base no entendimento histórico dialético, a relação descrita acima é o que Marx significa, portanto, como *práxis*. Ela se refere à ação e, como significa Marx, à atividade livre, universal e auto criativa pela qual o homem produz e transforma a história e a si mesmo (BOTTMORE, 1998). Assim, o que diferencia os seres humanos dos animais é a sua capacidade cognoscitiva, que os permite criar o meio social em que vivem, saindo do estado natural e passando para uma realidade construída com unidades basilares (PETERS, 2011). Ao passo que, a partir da *práxis*, o homem é concebido como ser livre e criativo, Marx aponta que ela pode ser, também, o motor da auto alienação humana, uma vez que nesse processo de produção histórica, o indivíduo pode tomar a realidade como verdade única e não observar perspectivas de mudança estrutural (BOTTMORE, 1988).

A análise da vida social a partir da dialética, para além da compreensão dos processos de mudança das relações sociais, requer uma base material, a partir da qual as relações sociais e o modo como os indivíduos organizam sua vida serão estabelecidos - o que não se refere, somente, à reprodução de sua existência física, mas também à uma forma específica de ordenar as práticas sociais. Assim, tão importante quanto *o que* produzem é *como* o produzem, ou seja, o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção e de como elas são historicamente estruturadas. Isso

---

1. ‘Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given, and transmitted from the past’ (RUPERT, 2013, p.155).

é o que caracteriza o chamado Materialismo Histórico, um “método de análise da vida econômica, social, política e intelectual” (MARX e ENGELS *apud* QUINTANEIRO e OLIVEIRA, 2011, p.31-33).

A partir do entendimento dialético da história, Marx e Engels criam uma crítica robusta à vida social capitalista, apresentando-o como uma forma de ordenação da vida social. Nela, a mercantilização desenvolveu-se de tal maneira que a força de trabalho humana passou a ser comercializada no mercado, o que supunha a formação de classes sociais em relações de poder historicamente específicas: o desenvolvimento do capital, traduzido como propriedade privada de uns poucos (a chamada ‘burguesia’), e o trabalho assalariado como atividade obrigatória a muitos (o ‘proletariado’). Nessa perspectiva, pontua-se três vertentes da crítica marxista ao capitalismo, que o define enquanto incapacitante, explorador e não democrático (RUPERT, 2013).

Pode-se dizer que ele é incapacitante a partir do entendimento de que as relações sociais são naturais, ou seja, dadas previamente, o que faz com que não se procure possibilidade de transformação social. Isso se deve ao fato de que a classe que exerce o poder material dominante também é aquela que exerce o poder espiritual, ou seja: as ideias dominantes nada mais são do que a expressão [ideal] das relações materiais. Assim, os indivíduos que formam essa classe têm a consciência de que exercem esse papel, de que regulam a produção e a distribuição das ideias de sua época e de que elas são dominantes naquele contexto histórico (MARX, 1980). Dessa forma, o poder de autoprodução social dos indivíduos pode ser perdido, o que indica que a mesma capacidade produtiva do capitalismo resulta no desempoderamento dos produtores humanos (RUPERT, 2013).

Marx (1998) considera que o capitalismo modernizou as relações sociais como um todo ao estabelecer uma relação ‘contratual’ de trabalho assalariado. Esse processo não foi possível, porém, sem a negação da estrutura anterior, ou seja, do feudalismo, sem a sua superação e instauração de uma nova forma de organização social e produtiva - o capitalismo (MARX, 1998, p.828; QUINTANEIRO e OLIVEIRA, 2011). Como crítica à ideia de que o capitalismo liberta o trabalhador para tratar sua força de trabalho como propriedade, Marx afirma que isso vem acompanhado de uma forma capitalista de não liberdade, visto que o fato de os meios de produção estarem no controle da classe burguesa obriga-no a vender seu trabalho para alcançar os meios de subsistência (RUPERT, 2013).

Ademais, Rupert (2013) apresenta que o elemento base para a consolidação do capitalismo é o capital que, segundo Marx, é o resultado de relações sociais de produção que, em si mesmo, não tem poderes produtivos, mas advém de uma relação social de exploração. Isso porque o capitalista, detentor dos meios de produção, controla todo o processo produtivo e expropria seu produto, ou seja, faz com que o trabalhador produza além do que seria necessário para sua subsistência, tornando o excedente da produção em lucro que remunera o capital. Cria-se, assim, a chamada mais-valia, que consiste nesse processo de o capitalista transformar aquilo que foi produzido a mais em lucro - o que gera mais capital e mantém o sistema capitalista. Assim, tanto o processo quanto o produto do trabalho estão subordinados à propriedade privada e incorporados à acumulação de capital. Por fim, a outra crítica que Marx apresenta é que esse sistema é não democrático, justamente por estabelecer uma esfera “econômica” separada de uma “política”, afastando suas normas de uma responsabilidade democrática. Isso significa que a burguesia se apropria, além dos meios materiais da produção, das formas de condução da vida social, e tomam decisões com base no interesse de manutenção do sistema capitalista – excludente e desigual (RUPERT, 2013).

Enquanto uma teoria que olha para a sociedade, o Marxismo não pretende ser neutro, mas sim incisivamente crítico ao capitalismo como modo de organização social, principalmente no que se refere às classes oprimidas. Segundo Engels, a produção e reprodução da vida social é o elemento determinante da história, a partir de uma concepção materialista da mesma, mas isso não significa que o elemento econômico é o único determinante (WOODS, 2016). A economia (estrutura) é a base para a produção ideológica (política, jurídica - superestrutura), mas ela, sozinha, não constitui a formação social histórica, uma vez que ela se constroi a partir de ambos. Assim, são as forças e as relações que determinarão o modo de produção – feudalista, capitalista ou socialista – em um dado contexto histórico (HALLIDAY, 1999).

Nesse sentido, Halliday (1999) afirma, não pode haver o entendimento de uma sociedade internacional abstraído da ideia de “modo de produção”, já que, na verdade, as relações internacionais são o estudo entre as formações sociais e não o das relações entre estados. Isso porque o Estado não é mais corporificado no interesse nacional, mas sim o *locus* de interesse de uma formação social espe-

cífica com base em sua estrutura socioeconômica. Como a abordagem marxista em *Relações Internacionais* considera que o ordenamento da sociedade internacional se dá por meio de recursos estruturais de poder, os Estados dispõem de ‘capacidades’ – econômicas, geográficas, políticas – que atuam como meios para validar seus interesses no ambiente externo. Tais capacidades, no entanto, distribuem-se de forma desigual entre os Estados, o que faz com que alguns possuam maior quantidade de poder do que outros. Dessa forma, marxistas concordam que a garantia de prerrogativas de uns poucos atores perante os demais baseia-se na dimensão econômica e na posse de determinados recursos, principalmente de capital, financeiros e tecnológicos. Sendo assim, o Estado configura-se como o espaço no qual as classes sociais dominantes definem seus interesses com base em seus recursos (HALLIDAY, 1999).

Nessa perspectiva, tem-se um ponto central da visão materialista da história que são classes como os principais atores da vida política doméstica e internacional. Definidas a partir da posse (ou não) dos meios de produção, a formação das classes ocorre em condições econômicas de existência que separam seu modo de vida e interesse, colocando-as em um confronto hostil (SPIVAK, 2010). Halliday afirma que com a disseminação do modo de vida capitalista, a luta de classes em âmbito internacional acompanhou as disputas domésticas e a burguesia passou a identificar o internacional como uma arena para a expansão de poder e interesses (HALLIDAY, 1999).

Assim sendo, percebe-se que o marxismo oferece uma alternativa à análise do internacional. Mas quais os limites e as possibilidades de fazê-lo? Isso é o que veremos a partir da análise de acumulação primitiva do capital britânico na Índia sob uma ótica marxista em *Relações Internacionais*.

## **A Terra da Rainha na Terra do Algodão: até o último xelim**

No final do século XVI, a Grã-Bretanha sofria com a decadência da civilização medieval cristã tradicional e, por isso, precisava aumentar a arrecadação do Estado – que neste período baseava-se fortemente no comércio e na pilhagem. A Índia (ou “as Índias” como os europeus chamavam a região de Bengala) era uma das principais rotas marítimas comerciais dos britânicos, o que impulsionou a criação, em 1600, de uma companhia que exercesse con-

trole político e comercial nos territórios indianos: a Companhia das Índias Orientais<sup>2</sup> (CAMPOS, 2015).

Os contatos comerciais entre Grã-Bretanha e Índia ocorriam desde o século XVI, mas foi só em meados do século XVIII que a colonização do território indiano ocorreu de fato. Com a rápida expansão do controle britânico, o papel da Índia no desenvolvimento da Inglaterra mudou fundamentalmente (MUKHERJEE, 2010). O crescimento de centros comerciais europeus na Índia, através da Companhia das Índias Orientais (CIO), resultou no surgimento de uma classe de capitalistas indianos que, segundo Karl Marx (1980), adveio do processo de expropriação de artesãos e, principalmente, de camponeses. Isso porque a entrada da Grã-Bretanha em solo indiano modificou toda estrutura produtiva do país – que era baseada na harmonização da produção têxtil artesã com a agricultura autárquica (CAMPOS, 2015; MARX, 1980a).

Marx (1980) afirma que a Inglaterra tinha que cumprir uma dupla missão na Índia: por um lado, destruidora da velha sociedade asiática e, por outro, regeneradora - por assentar as bases materiais ocidentais na Ásia. Antes de sua destruição, os sistemas social e produtivo indianos tinham características muito particulares: a divisão de tarefas ocorria dentro de povoados e havia uma união patriarcal entre agricultura e ‘artesania’, pautada em um sistema de comunidades rurais. Após a interferência inglesa, formas de organismos sociais foram desaparecendo, tanto pela brutal intromissão do coletor britânico de impostos, quanto pela ação da indústria inglesa e do livre-comércio. Essas comunidades familiares tinham por base a produção doméstica, uma combinação peculiar de tecidos trabalhados à mão, que as tornavam autossuficientes. Marx afirma que “o invasor britânico acabou com o tear e destruiu a roda de fiar”. Ademais, a Inglaterra começou a expulsar dos mercados europeus os tecidos de algodão da Índia, levou o barbante para o país e terminou “invadindo a terra do algodão com tecidos de algodão”. Finalmente, Marx aponta os resultados dessas modificações, como a decadência das cidades indianas que, anteriormente, haviam sido célebres por seus tecidos. Ele afirma, no entanto, que essa não era a pior consequência da dominação, mas o fato de que “o vapor britânico e a ciência britânica destruíram em todo norte

---

2. A Companhia das Índias Orientais britânica ficou conhecida como a “Casa da Índia”, organizando seu próprio exército e transformando-se em um tipo de “Estado dentro do Estado” (CAMPOS, 2015, p.3).

e noroeste indiano a união entre a agricultura e indústria artesã” (ENGELS; MARX, 1980a).

Um dos principais fatores que evidencia essas transformações é a aplicação, entre os séculos XVIII e início do XIX, de sistemas de arrecadação fiscal organizados pela Companhia das Índias Orientais. Para Marx, tais sistemas não eram menos cruéis que a divisão social por castas<sup>3</sup>, mas menos negativos, pois estabeleciam a propriedade privada da terra – que lhe apareceu em 1853 como “o grande desiderato da sociedade asiática”(KIERNAM, 1967). O sistema *zamindari* de arrecadação de impostos operava em Bengala e constituía grandes propriedades e arrendamentos de terras aos camponeses; no sul, a coleta se dava através do sistema *ryotwari* e os camponeses eram considerados proprietários ou inquilinos individuais; no nordeste, por fim, através do *mahalwari* os impostos recaíam sobre toda a aldeia. Marx afirma que com o *zamindari* o camponesinato sofria roubos e pagava alugueis elevados e que com o *ryotwari*, arcavam com taxas de moagem oneradas (CAMPOS, 2015; KIERNAM, 1967).

Essas medidas fiscais da Companhia afetaram a sociedade tradicional indiana, alterando não só o estatuto do solo, o qual passou de propriedade estatal para meio de apropriação privada, mas também as relações econômicas, que introduziram nas aldeias uma demanda que empobrecia os camponeses – deixando-os dependentes de empréstimos monetários em períodos de colheita ruim. Isso compeliu os camponeses a também comercializar a produção e correu a autonomia da economia camponesa (CAMPOS, 2015).

Em fins do século XVIII, a opressão dos mercadores ingleses sobre a Índia era incomensurável. Panikkar cita:

comerciam... com todo tipo de grão, de tecidos e com todas as mercadorias que o país pode fornecer. Para obter tais artigos, forçam os camponeses a aceitar sua moeda, e havendo assim comprado pela violência essas mercadorias, pelas quais não pagam quase nada, obrigam os habitantes e os varejistas a comprar-lhes, por um preço bastante elevado, superior ao dos mercados...Quase mais nada resta ao país (CAMPOS, 2015, p.7).

Nesse sentido, a Companhia, além do controle político, obteve domínio total do comércio de chá e do transporte de mer-

3. A divisão social por castas existe há séculos na Índia. Essas castas são divididas em grupos sendo eles: Bráhmans, Chátrias, Vaixias, e Sudras e a divisão e as atribuições a cada casta não podem ser infringidas, submetendo os indivíduos ao que lhes foi imposto (MASCARENHAS, 1924, p.29).

cadorias à Europa. Funcionários do alto escalão dentro da CIO tornaram-se detentores do monopólio do comércio no interior da Índia – especialmente de sal, ópio e bétel – e eles mesmos fixavam os preços, explorando o indiano a seu bel-prazer. A terra, portanto, passou a ser objeto de apropriação privada para o comércio, servindo a contratos que “do nada” faziam ouro. Grandes fortunas surgiam de um dia para o outro e “a acumulação primitiva do capital era realizada sem o adiantamento de um xelim sequer” (MARX, 1996). A partir das informações, pode-se propor uma análise de como esses processos traduzem-se em acumulação primitiva do capital, conceito de Karl Marx, a partir da abordagem marxista das Relações Internacionais.

### **“Capitalismo de pilhagem e pirataria”: a exploração do capital no contexto internacional**

Como já pontuado, o marxismo apresenta uma possibilidade de análise do internacional ao introduzir a ideia de materialismo histórico na (re) produção social e o capitalismo como uma das formas de estruturação da realidade. Em relação ao processo de acumulação primitiva na Índia – a partir da colonização britânica – essa perspectiva pode ser bem aplicada, especialmente no que se refere à mudança na estrutura social e produtiva ocasionada pelo capitalismo e as consequências, descritas por Marx, advindas desse processo.

Segundo Karl Marx (1998), a acumulação primitiva é anterior à acumulação capitalista, seu ponto de partida. Assim como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria não são capital em si mesmos, mas somente em determinadas circunstâncias. O processo que baseia o sistema capitalista é aquele que retira a propriedade dos meios de trabalho do trabalhador e transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital, convertendo os produtores diretos em assalariados. Dessa forma, a acumulação primitiva é “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1998, p.828).

A decomposição da estrutura econômica feudal criou elementos para a formação do sistema econômico capitalista. O produtor direto desvinculou-se da escravidão e, a partir disso, passou a dispor de sua força de trabalho livremente. Dessa forma, um dos

aspectos que transformou o servo em trabalhador assalariado é o movimento histórico de transição das estruturas econômicas que caracteriza a acumulação primitiva. Entretanto, tal emancipação não se deu sem um custo: os antigos servos só se tornaram vendedores de si mesmo depois que seus meios de produção lhes foram roubados e que foram privados das garantias que as instituições feudais davam à sua existência. Agora, os trabalhadores são assegurados, somente, pela sua força de trabalho (MARX, 1998).

A história da acumulação primitiva é marcada, conforme Marx (1998), por todas as transformações que alavancaram a formação da classe capitalista, especialmente os deslocamentos de grandes massas desapropriadas de seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como “levas de proletários destituídas de direitos”. Assim sendo, a expropriação do produtor rural que fica privado de suas terras constitui a base de todo o processo de acumulação primitiva. Ele afirma que a história dessa expropriação assume diferentes formas em países diferentes e percorre várias fases em diferentes épocas, tendo sua forma clássica na Inglaterra. No entanto, essa análise pode ser feita em relação à Índia a partir da compreensão de que o processo de colonização britânica transmitiu as estruturas capitalistas para o país e modificou toda a organização daquela sociedade (ENGELS; MARX, 1980a; MARX, 1998).

No final do século XV e início do XVI, inúmeras cidades inglesas, alega Marx (1980), sucumbiram à nova estrutura econômico-produtiva, embora outras florescessem. Analogamente na Índia, as sucessivas mudanças fizeram com que os antigos centros manufatureiros e baseados em comunidades produtivas decaíssem. Esse processo, no entanto, foi diferente nesta última, pois foi a ação colonial inglesa que impulsionou tais transformações – e não uma transição interna como ocorreu na Grã-Bretanha. Marx, por sua vez, aponta que as sucessivas relações de dominação estabelecidas na Índia criaram condições de vulnerabilidade para que os britânicos pudessem estabelecer sua estrutura econômica naquelas terras (ENGELS; MARX, 1980b). Além disso, antigas cidades e aldeias inglesas foram transformadas em pastos de ovelhas; na Índia, as comunidades artesãs e agricultoras autárquicas transformaram-se em grandes campos de produção de matérias-primas, com destaque para o algodão – que sustentava a produção têxtil da Inglaterra (MARX, 1998; CAMPOS, 2015).

Pode-se dizer que tais processos estão assentes na perspectiva dialética da história no sentido de que as relações entre britânicos e indianos durante o processo de colonização geraram tensões que transformaram a realidade social daquele território. Como já mencionado, Karl Marx indica que a invasão britânica na Índia impôs uma nova organização comercial e produtiva ao país, “acabando com o tear manual e destruindo a roda de fiar”(MARX, 1980a, p.264). Isso significa que a estrutura anterior – baseada na produção manufaturada que beneficiava o próprio produtor, que por sinal era o dono dos meios de produção – foi substituída pela produção assalariada que atendia às demandas dos novos proprietários de terras; a terra era comunal, mas, com tais mudanças, passou a ser objeto de apropriação privada. Isso evidencia a acumulação primitiva na medida em que a expropriação do camponês de sua terra – para a ocupação da massa assalariada e de uma nova estrutura que não a comunal – compõe todo esse processo (MARX, 1996; MARX, 1998).

A consolidação dessa nova estrutura na Índia, no entanto, só foi possível através de um processo de reprodução a partir do estabelecimento de interações sociais entre britânicos e indianos – ainda que de forma forçada, pois isso ocorreu a partir da colonização do território indiano; o que confirma a ideia de Marx de que os homens fazem história, mas não como querem. Pode-se afirmar que essas interações formam a *praxis* marxista – o fundamento das constituições estruturais das sociedades que permite a compreensão das mudanças sociais ao logo do tempo – a partir da qual o processo de acumulação primitiva na Índia desenvolveu-se (MARX, 1998).

Assim, a acumulação primitiva britânica na Índia – assim como Marx (1998) define o conceito – desenvolveu-se em um processo de transição das antigas estruturas para a estrutura capitalista. Esse processo não é o sistema [capitalista] em si, mas cria condições de acumulação de capital para o seu estabelecimento efetivo – que só é possível através da diferenciação bem definida entre o detentor do dinheiro e dos meios de produção e de subsistência e o trabalhador livre, dono da força de trabalho. Nas relações de dominação estabelecidas entre Grã-Bretanha e Índia, a acumulação primitiva firma-se nas medidas tomadas pela primeira a fim de acumular uma quantidade suficiente de capital para que o capitalismo pudesse se consolidar na segunda. O dinheiro tem que se transformar em capital, o que só ocorre através de relações cíclicas que pres-

supõem a venda de força de trabalho empregada na produção de mercadorias, a mais-valia e a existência de grandes quantidades de capital. Assim, para acumular capital, é necessário tê-lo disponível, o qual deve vir de algum lugar; ele advém da acumulação primitiva (MARX, 1998).

Para acumular capital na Índia, a Inglaterra empregou uma série de medidas que, de fato, foram efetivas para esse fim. Primeiramente, ela transformou a terra em meio de apropriação privada, fazendo com que os produtores que a quisessem utilizar pagassem impostos por ela. Segundamente, ela desbaratou a produção têxtil artesanal indiana, e com a produção algodoeira desenvolvida nesse território passou a produzir seus próprios tecidos a base de algodão indiano – obrigando, ainda, a Índia a importar seu produto final industrializado. Por fim, a Grã-Bretanha estabeleceu formas de otimizar produção e o seu escoamento, com o telégrafo e, principalmente, com as ferrovias. Marx indica que as linhas férreas eram de extrema importância, pois permitiam maior irrigação das terras e os distritos próximos a elas pagavam cerca de três vezes mais impostos e rendiam de doze a quinze vezes mais que as terras não irrigadas de mesma extensão. Além de aumentar a arrecadação, as linhas férreas permitiram a redução de gastos com suprimentos a postos militares e a viagens comerciais longas dentro do país (ENGELS; MARX, 1980b; CAMPOS, 2015).

Esses elementos confirmam, no caso indiano, a perspectiva marxista de que o capitalismo é incapacitante, explorador e não democrático. Isso porque a partir do momento que a Companhia tomou controle político do país, ela redirecionou sua organização socioeconômica e impôs um ordenamento social aparentemente intransponível, principalmente porque desempoderou os produtores autárquicos ao torná-los reféns da lógica da acumulação primitiva – tirando do excedente de sua produção até o último xelim possível – o que só foi permitido através da transformação da terra em objeto de apropriação privada e dos trabalhadores em assalariados. Isso, por fim, caracterizava uma estrutura excludente e centrada nos interesses de perpetuação desse sistema, pois explorava o trabalhador, através de uma distribuição desigual dos meios de produção, e o deixava inerte frente a essa estrutura, pois a única forma de ele garantir sua subsistência era incutir a lógica capitalista e vender sua única propriedade: a força de trabalho. Assim, pode-se dizer que tais processos de interação social na Índia foram orientados no

sentido de servir à acumulação de capital – o que dissolveu a antiga estrutura social comunal e autônoma para um sistema de produção capitalista que criou classes sociais.

Na esteira dos escritos de Fred Halliday sobre classes capitalistas internacionais, pode-se dizer que o processo de acumulação primitiva de capital britânico na Índia determinou a criação de uma elite nacional indiana, mas, também, permitiu o surgimento de uma classe burguesa internacional. Isso se deve ao fato de que a Índia foi essencial para o processo de acumulação de capital – especialmente no que se referia aos tributos, como as tarifas à importação de produtos indianos sobre as nações conquistadas pela Inglaterra e impostos às próprias exportações da Índia (HALLIDAY, 1999). De acordo com Mukherjee (2010) não foi o suprimento de matérias-primas ou trabalho nem um mercado lucrativo de manufaturas que caracterizou a fase inicial da colonização da Índia, mas sim os tributos advindos da exportação desses tecidos manufaturados – que, segundo o autor, foram cerca de 3,1 milhões de rúpias de 1757 a 1788 (MUKHERJEE, 2010). É esse processo de espoliação do tesouro das colônias que Weber chama de “capitalismo de pilhagem e pirataria” (WORSLEY, 1979, p.306).

Nessa lógica, pode-se dizer que o processo de acumulação primitiva do capital foi efetivo na Índia, pois seu pressuposto é criar uma base sólida para a acumulação de capital e, assim, para o estabelecimento do sistema capitalista. Isso se evidenciou no final do século XIX, quando a Companhia das Índias Orientais perdeu o monopólio do comércio na Índia para o comércio privado britânico em geral, o que mostra a ascensão dessas elites capitalistas para além do escopo estatal. Assim, pode-se dizer que tanto a Inglaterra quanto a Índia foram *locus* de desenvolvimento e manutenção dos interesses e poder desses grupos dominantes, a partir dessa acumulação primitiva, já que a Coroa Inglesa forneceu as bases necessárias para a expansão ultramarina de grupos colonizadores e a Índia foi aquela que tornou possível tal acumulação – principalmente devido aos tributos recolhidos dela. Dessa forma, cabe dizer que a acumulação primitiva na Índia permitiu a instauração do modelo capitalista de organização da vida social naquele contexto, tirando o controle da COI sobre o comércio e criando uma elite internacional responsável por essas trocas – o que corrobora a abordagem marxista em RI de que os principais atores da política internacional, no contexto do capitalismo, são as classes sociais (HALLIDAY, 1999; MARX, 1998).

## História permite mudança

A análise de fenômenos internacionais a partir da abordagem marxista não é uma tarefa fácil, principalmente porque o Marxismo não se consolidou como teoria de Relações Internacionais por comportar uma série de limitações analíticas. No entanto, sua visão materialista da história oferece uma nova possibilidade de análise do internacional que pode ser bem realizada conforme o escopo analítico. No caso proposto por esse *paper*, chegou-se à conclusão de que o marxismo analisa de forma coerente o fenômeno da acumulação primitiva do capital britânico na Índia, uma vez que ele expõe as nuances desse processo de forma crítica e delinea as divergências envolvidas em toda a sua extensão. A partir das considerações realizadas sobre o processo de acumulação primitiva do capital pela Grã-Bretanha na Índia, afirma-se que as relações estabelecidas entre esses atores favoreceram uma relação de desigualdade, principalmente material, entre eles que, conforme afirma Bottomore, consolida o processo de autoalienação, no qual grupos e indivíduos estagnam-se em uma posição de controle, tomam a realidade como verdade única e não há existência de um pensamento crítico sobre a estrutura – o que não permite, portanto, reações em direção à mudança. Marx afirma que os indivíduos não escolhem as circunstâncias sob as quais fazem história, mas diz, também, que é a partir das variáveis previamente dadas por ela que se pode produzir mudanças sociais.

## Referências

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 159p.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Editora Zahar, 1988.

CAMPOS, Bruno de. Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_bruno\\_campos\\_india-de-colonia-britanica-ao-desenvolvimento-economico-nacional.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_bruno_campos_india-de-colonia-britanica-ao-desenvolvimento-economico-nacional.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **La dominación británica en la India**. In: MARX, Karl. Obras Escogidas. Tomo I. Moscou: Progreso, 1980a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **Futuros resultados de la dominación británica en la India**. In: MARX, Karl. Obras Escogidas. Tomo I. Moscou: Progreso, 1980b. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

KIERNAM, V.G. **Marx and India**. The Socialist Register, Vol. 4, 1967. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5373/2908#.WRkV8tLyvIU>>. Acesso em: 13 maio 2017.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. **International Relations and Social Science**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. International Relations Theories: Discipline and Diversity. 3. ed. Oxford University Press, 2013. 383p.

MARX, Karl. **A assim chamada Acumulação Primitiva**. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas).

MARX, Karl. **A assim chamada Acumulação Primitiva**. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MASCARENHAS, Constâncio. **As Castas da Índia**. Porto, Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1924.

MUKHERJEE, Aditya. **How colonial India made modern Britain**. Special Article, Vol. XLV, n.5, p.73-76, 2010.

PETERS, Gabriel. **Agência, Estrutura e Práxis**: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Teoria e Sociedade, n. 19, Junho-Dezembro 2011.

RUPERT, Mark. **Marxism**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. International Relations Theories: Discipline and Diversity. 3. ed. Oxford University Press, 2013. 383p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 141p.

WOODS, Alan. **What is historical materialism?** 2016. Disponível em: <<https://www.marxist.com/an-introduction-to-historical-materialism/part-one-what-is-history.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017.

WORSLEY, Peter. **One World or Three?** A Critique of the World-System Theory of Immanuel Wallerstein. In: Conference of the Institut für Vergleichende Sozialforschung, 1979, Berlim.

*Recebido em: 02/09/2017*  
*Aprovado em: 19/09/2017*